

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA META 6 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)

Vanessa Moura Cardoso¹

Emilly Kethelly Carneiro Ferreira²

Maria Clara de Oliveira Ferreira Almeida³

Luana Graziely do Vale Freitas⁴

Eugênia Morais de Albuquerque⁵

O presente texto se insere na temática da Política e Planejamento da Educação no Brasil, concentrando-se na avaliação do cumprimento e dos desafios da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE). Essa meta estabelece o compromisso de "Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica". A Educação em Tempo Integral (ETI) é definida como a modalidade da educação básica com jornada escolar de, no mínimo, sete horas diárias ou 35 horas semanais, devendo incluir atividades de escolarização (aulas regulares) e atividades complementares, como esporte, cultura, oficinas e convivência escolar. Para que o estudante seja considerado parte da ETI, sua permanência total deve alcançar as sete horas por dia.

É um texto qualitativo (Gil, 2002) que tem como objetivo articular os fundamentos da política pública de Educação em Tempo Integral, previstos na Meta 6 do Plano Nacional de Educação (2014–2024), com a análise dos indicadores e experiências observadas nas escolas públicas brasileiras, tomando como referência o caso do estado do Rio Grande do Norte e os dados do Painel de Indicadores do PNE.

A justificativa para o estudo do problema reside na constatação de que o avanço da Educação em Tempo Integral se choca com problemas estruturais significativos, o que limita sua efetividade e compromete a gratuidade e a qualidade do ensino público. A ETI é vista como um instrumento crucial para promover o desenvolvimento integral, articulação com a comunidade e atendimento a alunos em situação de vulnerabilidade social, mas sua execução deficitária, marcada por desigualdades, impede que a política cumpra seu papel transformador de equidade e formação humana completa. A Meta 6, portanto, representa um desafio inacabado, e a análise de seus indicadores é essencial para subsidiar políticas públicas mais consistentes.

¹ Graduanda em pedagogia pela UERN e voluntária do Projeto de Extensão MobilizAção. E-mail: vanessa20240045514@alu.uern.br

² Graduanda em pedagogia pela UERN e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: emilly20240048768@alu.uern.br

³ Graduanda em pedagogia pela UERN e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: maria20240048024@alu.uern.br

⁴ Graduanda em pedagogia pela UERN e estagiária do estágio não-obrigatório. E-mail: Luana20240044992@alu.uern.br

⁵ Professora Mestra da UERN no Departamento de Educação da disciplina de Política e Planejamento da Educação. Doutoranda do programa em Educação do DINTER UEM/UERN. E-mail: eugeniamorais@uern.br



Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



Este trabalho utilizou como base a análise de painéis de indicadores (Painéis 6A e 6B), que monitoraram o percentual de alunos matriculados em ETI e o percentual de escolas públicas que atendiam o critério da Meta 6 (possuir pelo menos 25% dos alunos em jornada integral). A população de foco da pesquisa são os alunos e as escolas públicas da Educação Básica no Brasil. Os dados foram construídos através da análise da evolução de matrículas e da oferta de escolas de tempo integral, com recortes específicos para o público-alvo da Educação Especial em alguns painéis.

A análise dos indicadores de 2014 a 2024 revela que a Educação em Tempo Integral (ETI) no Brasil avançou de forma lenta, desigual e aquém da meta de 25% prevista para 2024. O crescimento foi prejudicado por limitações estruturais, falta de investimentos, infraestrutura precária, escassez de profissionais e dificuldades na reconfiguração curricular. As desigualdades regionais são marcantes: Sul e Sudeste superam a média nacional, enquanto Norte e Nordeste ficam bem abaixo. No caso do Rio Grande do Norte, observa-se descontinuidade nas políticas: o estado iniciou com índice alto (25,8% em 2014), caiu drasticamente em 2016 (9,3%) e sofreu novo declínio na pandemia (6,1% em 2020), recuperando-se parcialmente em 2024 (13,3%), ainda longe do patamar inicial. As escolas rurais, que tinham vantagem em 2014 (21,8%), perderam espaço após a pandemia, sendo superadas pelas urbanas em 2024 (23,4% dos alunos contra 20,0% nas rurais). A Rede Federal se destacou na expansão (45% dos alunos em 2024), enquanto as redes estaduais e municipais mostraram avanços mais lentos e instáveis. O Ensino Médio e a Educação Infantil tiveram maior crescimento, ao passo que os Anos Finais do Fundamental ficaram com os piores índices. Persistem impasses estruturais e pedagógicos: falta de professores, baixos salários, custos elevados de infraestrutura e ausência de integração curricular, o que muitas vezes transforma o tempo integral apenas em uma extensão do turno regular, sem efetivar a proposta de formação integral dos estudantes.

A análise demonstra que, embora o Brasil tenha registrado avanço na oferta de Educação em Tempo Integral, o cumprimento da Meta 6 do PNE permanece um desafio inacabado. Os objetivos propostos, de verificar a implementação e os impasses da Meta 6, foram alcançados, revelando que os avanços são lentos, desiguais e frágeis. A persistência de desigualdades regionais (Norte e Nordeste em desvantagem) e as flutuações acentuadas em estados como o Rio Grande do Norte evidenciam a necessidade de maior consistência e financiamento sólido nas políticas públicas. A diferença significativa entre o desempenho da Rede Federal (líder consistente) e as redes estaduais e municipais reforça a necessidade de estratégias diferenciadas e políticas compensatórias para garantir a equidade.

A conclusão primordial é que o problema da ETI vai além da ampliação do tempo na escola; ele reside na qualidade e no sentido educativo desse tempo. É fundamental garantir investimentos contínuos em infraestrutura adequada, valorização e formação docente especializada, e uma articulação curricular que vá além do ensino tradicional, promovendo o protagonismo juvenil, a cidadania ativa e o desenvolvimento humano integral.

Palavras-chaves: Educação. Tempo Integral. Meta 6. PNE

REFERÊNCIAS:

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação – PNE.** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Fichas técnicas – Painel de monitoramento do PNE.** Brasília: Inep, 2025. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analyticsRes/res/pne/ficha_tecnica/FICHAS_TECNICAS_06_2025.pdf



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**

